

6 DEZ 1994

O GLOBO

Congresso

Terça

Câmara rechaça projeto que salvaria Lucena

Arquivo

BRASÍLIA — A Câmara rechaçou a tentativa, por parte de setores do Senado, de votar em regime de urgência um projeto que estabelece anistia para todos os parlamentares acusados de uso indevido da gráfica do Senado. A proposta, articulada para salvar o mandato do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Congresso, foi considerada casuística por deputados. O presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), disse que sua aprovação poderá causar sérios danos à imagem do Legislativo.

— O Congresso deve ter muito cuidado para não sofrer um desgaste. A simples perda de um mandato de um colega não pode ser motivo para se fazer uma lei inconstitucional — disse Inocêncio, acrescentando que não há clima para se aprovar o projeto na Câmara.

Segundo Inocêncio, mesmo que o Senado aprove a anistia, apelidada no Congresso de “Lei Lucena”, ele não pretende incluí-la na pauta do colégio de líderes da Câmara pelo menos até semana que vem:

— Eu não vou ser atropelado pelo Senado. Quem vai decidir sobre a urgência da matéria é o colégio de líderes. Mas na reunião de amanhã (hoje) esse assunto não entra. Nossa pauta será a Rodada Uruguai do Gatt.

A criação do projeto de anistia foi articulada no fim de semana. Os advogados de Lucena e parlamentares que estão cuidando do caso concluíram que a proposta



Inocêncio: com medo do desgaste

solucionaria definitivamente a situação do presidente e dos outros senadores acusados de usarem irregularmente a gráfica. Com o vazamento da notícia, houve um recuo e o deputado Bonifácio Andrada (PTB-MG), integrante da comissão especial formada para cuidar do caso, admitiu apenas que a anistia era uma das idéias que o grupo estava estudando:

— É uma proposta. Mas não decidimos nada ainda.

O casuismo do projeto fica caracterizado no artigo 3º, que es-

tabelece: “Os beneficiados pela anistia concedida nesta lei, se eleitos, terão direito à diplomação, preservado o mandato outorgado pelo povo, anuladas as condenações sofridas e reestabelecida elegibilidade suspensa”.

Tão logo soube das articulações para garantir o mandato de Lucena, o senador Raimundo Lira (PFL-PB) — que deverá assumir o mandato de Lucena — foi ao plenário acompanhar as negociações e disse que está se preparando para se defender.

— Não existe anistia para delito que não seja político, em que os envolvidos não tenham tido direito de defesa. Isso não se aplica ao caso de Lucena. Se for aprovado esse projeto, o Congresso vai abrir um confronto direto com o Judiciário — disse.

● **PENSÃO** — O Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) decidiu suspender o pagamento de pensões de aposentadoria dos ex-deputados acusados de envolvimento com a máfia do Orçamento. O IPC só voltará a pagar as pensões quando a Justiça se pronunciar sobre a ação popular impetrada pela deputada Sandra Starling (PT-MG). Os ex-deputados que tiveram suas pensões suspensas foram João Alves (sem partido-BA), Cid Carvalho (PMDB-MA), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e o suplente Feres Nader (PTB-RJ).